

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 558 - Brasília, segunda-feira, 6 de outubro de 1997

Lúdio conclama o Congresso a buscar a paz

Senador defende medidas para prevenir violência e viabilizar reforma agrária, e lamenta "complacência perigosa" de autoridades

"O quadro é realmente preocupante e assustador": assim o senador Lúdio Coelho manifestou na sexta-feira sua apreensão com a violência no campo

e seus reflexos na cidade, por meio do incentivo à ocupação ilegal de imóveis e até de prédios públicos. Lúdio conclamou o Legislativo a buscar

soluções e pediu o empenho dos partidos na viabilização da reforma agrária. O senador lamentou a "complacência perigosa" das autoridades. **Página 3**



Lúdio: risco de conflito entre UDR e MST

Jefferson estranha política do BNDES

Página 4

João Rocha quer controlar endividamento

O senador João Rocha quer submeter as empresas estatais municipais e estaduais ao controle de endividamento pelo Senado. Ele anunciou ter apresentado proposta de emenda constitucional neste sentido, juntamente com dois projetos de resolução que estabelecem novos limites para o custo do endividamento da União, dos estados e dos municípios. A taxa de juros anual das operações de crédito internas não poderá, segundo propõe o senador, ultrapassar um ponto percentual acima do rendimento da poupança.

Página 5

Cabral pede ação contra queimadas na Amazônia



A omissão do governo frente às queimadas que vêm ocorrendo na Amazônia foi apontada sexta-feira pelo senador Bernardo Cabral, ao destacar notícia do jornal *O Estado de S. Paulo* e o editorial "Amazônia em Chamas", da *Folha de S. Paulo*. A situação, segundo o senador, preocupa as autoridades aeronáuticas e a população local, pois há o risco de fechamento de aeroportos. **Página 7**

Maldaner cobra mudanças na Lei Kandir

Página 6



Previdência será votada na quarta em 2º turno

O plenário do Senado Federal deverá votar na quarta-feira, em segundo turno, o parecer do senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional que reforma a Previdência Social. No mesmo dia, termina a discussão da matéria em segundo turno.

Após a deliberação final do Senado sobre a proposta, se mantidas as alterações feitas pela Casa, a matéria voltará à Câmara dos Deputados, para que os parlamentares analisem as mudanças introduzidas pelos senadores.

Na sessão de amanhã, o plenário aprecia dois projetos de lei da Câmara: um dispondo sobre a compensação financeira entre os sistemas de



Beni: volta o substitutivo

Previdência Social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e outro permitindo a movimentação da conta vinculada do FGTS do aposentado.

No mesmo dia, os senadores deliberam ainda sobre dois projetos de resolução autorizando o estado de Minas Ge-

rais a contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal (CEF): uma, no valor de R\$ 2,9 milhões, para o programa Pró-Saneamento, e outra, de R\$ 4,7 milhões, destinados ao fornecimento de cartas de crédito habitacionais.

Na quarta-feira, o plenário vota também dois projetos de lei, de iniciativa da CPI dos Precatórios, dispoendo sobre o endosso de cheques e a gestão das entidades fechadas de previdência privada.

Na quinta-feira, entre outras matérias, os senadores apreciam projeto de lei da Câmara dos Deputados dispoendo sobre a obrigatoriedade da menção do nome do dublador em espetáculos filmados ou televisados.

Falta regulamentar a Carta, critica Dutra

Ao lembrar a passagem, no domingo, do nono aniversário da Constituição de 88, o líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), afirmou que os problemas maiores relativos ao texto constitucional não estão relacionados aos seus dispositivos, como alegam alguns segmentos da sociedade, mas aos pontos que não foram aplicados por falta de regulamentação.

- Isso não é culpa do senador Bernardo Cabral, que foi o relator, nem dos constituintes. Os artigos não foram regulamentados porque o Congresso não se dispôs a regulamentá-los - disse.

Dutra destacou que boa parte dos dispositivos não regulamentados diz respeito a direitos dos trabalhadores, ao aperfeiçoamento da democracia e

a formas mais eficazes de controle do Congresso Nacional. O líder do Bloco Oposição citou campanha institucional da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que "procura quase que desqualificar a Constituição brasileira, como causadora de todos os males do país".

Para Dutra, a Constituição de 1988, com todos os defeitos que tem, é a mais avançada da história política brasileira. Em apertadas manifestações os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), observando que a atual Carta foi resultado de um trabalho envolvendo diferentes segmentos da sociedade, e Epitácio Cafeteira (PPB-MA), que criticou o "modismo" de se emendar a Constituição.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Pauta: O tempo destinado aos oradores da *Hora do Expediente* será dedicado a comemorar o nono aniversário de criação do estado de Tocantins
Oradores: João Rocha e Leomar Quintanilha

PREVISÃO DE TRABALHOS PLENÁRIO

Terça-feira (07.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da PEC nº 33/96, que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição; apreciação do "PLC nº 16/96, que dispõe sobre a compensação financeira entre os sistemas de previdência social, nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria; votação em turno único do "PLC nº 75/93, que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS do aposentado; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 119/97, que autoriza o estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 2,9 milhões, no âmbito do programa Pró-Saneamento; e do "Projeto de Resolução nº 120/97, que autoriza o estado de Minas Gerais a prestar garantia em operação de crédito a ser contratada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - Cohab/MG com a Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 4,7 milhões, destinando-se os recursos ao fornecimento de cartas de crédito habitacionais

Quarta-feira (08.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da PEC nº 33/96, que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição; discussão do "PLC nº 25/95, que dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA no distrito de Joaquim Egídio, município de Campinas, estado de São Paulo; do "PLS nº 175/97, que dispõe sobre o endosso de cheques; e do "PLS nº 176/97, que dispõe sobre a gestão das entidades fechadas de previdência privada

Quinta-feira (09.10.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: O tempo destinado aos oradores da *Hora do Expediente* será dedicado a homenagear o 20º aniversário da criação do estado de Mato Grosso do Sul
Orador: Ramez Tebet
Ordem do Dia: apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão do "PLC nº 43/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade de menção do nome do dublador

em espetáculos filmados ou televisados; "Projeto de Resolução nº 116/97, que autoriza o governo do estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 4,9 milhões, cujos recursos serão destinados à assunção de parte dos custos de infra-estrutura dos núcleos Morgado Rosa e Ferronato, em Bagé, Rio Grande do Sul; "Projeto de Resolução nº 121/97, que autoriza o estado de Minas Gerais a conceder garantia à operação de crédito a ser realizada pela Companhia de Habitação de Minas Gerais - Cohab/MG, junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 11,8 milhões.

COMISSÕES

Terça-feira (07.10.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 1ª parte: Debate sobre o Fundo de Estabilização Fiscal - FEF, matéria constante da PEC nº 25/97. Participarão do debate o prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, o presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Paulo Zulkoski; e o presidente da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul, Clóvis Assman.

2ª parte: Apreciação da "PEC nº 25/97, que altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1/94 (Fundo Social de Emergência)

Quarta-feira (08.10.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição federal, instituindo o serviço civil obrigatório; "PEC nº 24/96, que atribui competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais; "PLC nº 91/96, que dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar; e "PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúlio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida, José Humberto Mancuso e Luiz Augusto Gollo

Repórteres da Agência Senado - Alessandra Rocha, Anoushe

Silveira, Antonio Caraballo, Beatriz Mendonça, Bernadete Barboza,

Domingos Mourão, Eli Teixeira, Fábio Lino, Gilberto Campos, Graça

Henriques, Jorge Frederico, Lúcio Leal, Márcia Magalhães, Monica

Cocus, Paulo Henrique Bezerra, Rafael Paixão, Rita Nardelli, Suely

Bastos e Teresa Cardoso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Azeiteiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

O material jornalístico produzido pela Agência Senado é também distribuído na Internet, no STM-400 da Embratel e para 110 veículos de comunicação em todo o país.

www.senado.gov.br


CARTAS

"A TV Senado é o mais patriótico meio de comunicação de massa que o Brasil criou em toda a sua história. Dotada de grande independência, a emissora tem a coragem e a determinação de mostrar um cenário escancarado do que acontece no Senado. Os telespectadores da TV Senado podem perceber desde a reação psicológica dos que ocupam a tribuna até a ausência dos que fazem do Brasil esse acervo de corrupção que aí está. Essa transparência da emissora é o meio pelo qual o país encontrará a solução para seus graves problemas."

Ariston Álvares Cardoso
(Nova Goiânia-GO)

"Cumprimento o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando César Mesquita, pelo inestimável serviço que prestou à sociedade, criando esse admirável instrumento de comunicação que é a TV Senado. Foi um telespectador assíduo da CPI dos Precatórios e gostaria de destacar o programa exibido em março pela emissora sobre a CPI, que demonstrou o desempenho sério, objetivo e competente do presidente e membros da referida comissão, assim como dos apresentadores da TV Senado. Por isso, sugiro que a emissora coloque no ar, periodicamente, programas similares abordando os principais problemas do país em discussão no Senado Federal."

Gerson da Silva Monteiro
(Rio de Janeiro-RJ)

"Sou funcionário da PM (setor de tributação) e estou muito feliz por receber o *Jornal do Senado*, que é um excelente veículo de comunicação devido à clareza das matérias publicadas."

Jefferson Furtado Ferreira
(Ibiraçu-ES)

"Parabéns pela iniciativa de divulgar com clareza o dia-a-dia do Senado Federal. Solicito a inclusão de meu nome na lista de assinantes do *Jornal do Senado*, o que muito contribuirá para as atividades de consultoria empresarial que estou desenvolvendo."

Marco Aurélio Pereira (Brasília-DF)

Na opinião do senador, o MST tem demonstrado "um desassombro preocupante em suas ações e agressões à lei, o que torna necessária uma avaliação séria por parte das autoridades"

Lúdio condena a violência no campo

Ao observar que a preocupação do papa com a reforma agrária é a mesma da nação brasileira, Lúdio Coelho (PSDB-MS) conclamou o Legislativo a assumir sua responsabilidade no sentido de encontrar soluções que impeçam atos de violência no campo. O senador pediu o empenho dos partidos políticos na viabilização da reforma agrária.

- O quadro crescente de intranquilidade no campo, com evidentes reflexos nas cidades, através do incentivo à ocupação ilegal de imóveis e até prédios públicos, tem encontrado nas autoridades federais, estaduais e municipais uma complacência perigosa - denunciou.

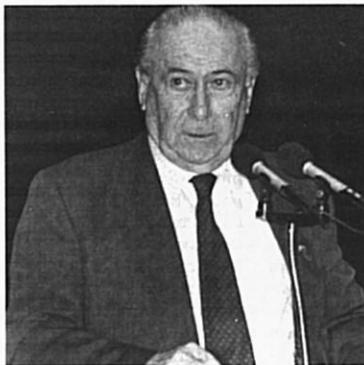
Esse comportamento do poder público, em sua opinião, poderá obrigar as autoridades a um recrudescimento na repressão, o que poderia ser evitado se fossem tomadas a tempo "providências que levassem a uma solução democrática, inteligente e oportuna dos problemas sociais que afligem a nação". Na opinião do

senador, "cada vez mais há uma pregação clara em favor da luta de classes e contra as autoridades constituídas".

Lúdio Coelho disse que os trabalhadores sem-terra estão articulados em quase todos os estados da Federação, constituindo uma sólida e atuante estrutura organizacional que controla aproximadamente 40 mil famílias. Afirmou também que o crescimento das reivindicações desse grupo, "por mais legítimas que sejam, tem incrementado o radicalismo caracterizado por atos contrários à lei e à ordem". E criticou a resistência dos sem-terra em acatar a autoridade.

- Quem arbitra as divergências na vigência do estado de direito? São as massas mobilizadas e manipuladas ou as autoridades constituídas? Há que se ter cautela no exercício da liberdade de discordar e criticar. Quanto mais liberdade desejamos, mais ordem e respeito à lei temos que exigir - acentuou.

Na opinião de Lúdio Coelho, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) tem



Preocupação do papa é a mesma do país, diz Lúdio Coelho

demonstrado "um desassombro preocupante em suas ações e agressões à lei, o que torna necessária uma avaliação séria por parte das autoridades do país". Ele entende que a estrutura organizacional desse movimento "sinaliza para objetivos bem definidos de tomada de poder".

Em decorrência, prosseguiu ele, a UDR (União Democrática Ruralista), para garantir a propriedade, já organiza um plano de defesa, prevendo a utilização de guarda armada. E, acrescen-

tou, assim como o MST, a UDR também já planejou a arrecadação de recursos para organizar um sistema de segurança. Diante disso, Lúdio constatou que "o quadro é realmente preocupante e assustador".

Ele também leu ofício do prefeito Renato Tonelli, de Itaquiraí (MS), informando sobre a declaração de situação de emergência que foi obrigado a adotar, diante de mais uma invasão de propriedade naquele município.

Simon descobre ilegalidade na rede do Siafi

Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou seu agradecimento ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério Público pelo atendimento a requerimento de sua autoria solicitando pronunciamento sobre a legalidade da criação, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), de um evento contábil denominado "Dotação Solicitada Dependente de Autorização Legislativa".

De acordo com Simon, o TCU considerou que esse procedimento é inconstitucional, pois o inciso II do arti-

go 167 da Constituição estabelece que é vedada "a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais".

O senador informou que a Secretaria de Tesouro Nacional, responsável pelo Siafi, esclareceu que criou o evento contábil, em janeiro de 1995, e desativou, no segundo semestre desse mesmo ano, pela necessidade de manter em evidência todos os créditos orçamentários em processo de autorização legislativa, de forma a que a contabilidade revele todas as informações.

Simon não pôde concluir se a irregularidade foi intencional



Pedro Simon afirmou que a dotação dependente de autorização legislativa deveria ser lançada em conjunto com o evento "Indisponibilização de Créditos Pendentes de Autorização Legislativa".

- Ocorre que isso não se mostrou eficaz, já que o simples esquecimento, intencional ou não, dessa obrigação pro-

porcionava um saldo extra para empenhar, enquanto era providenciada autorização legislativa para créditos adicionais solicitados. Durante a vigência daquele evento, 146 unidades fizeram uso impróprio de recursos, não sendo possível precisar se de má fé ou não - salientou o senador Pedro Simon.

Em relação aos pequenos e médios empresários, o banco faz muito barulho e não concede empréstimos, por alegada falta de garantias, disse o senador, mas sempre atende os interesses do capital internacional, como no Rio Grande do Sul

Jefferson critica equívocos na ação do BNDES

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) disse sexta-feira que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem levado à frente uma política equivocada de financiamento, abrindo suas linhas de crédito apenas a grandes empresas multinacionais, como montadoras, ou para financiar empresas que adquirem estatais nos leilões de privatização.

Na opinião do senador, em relação a pequenos e médios empresários, o banco tem-se caracterizado pelo "estardalhaço" com que lança programas que não resultam em nenhuma operação de crédito, "alegadamente

por falta de garantias". Esse foi o caso, a seu ver, de programa específico para a Amazônia.

- Algo tem que ser feito em relação ao BNDES - afirmou Jefferson, lembrando que tramita no Senado projeto do senador Beni Veras (PSDB-CE) que, "em princípio, é bastante oportuno", por estabelecer que parte dos recursos geridos pelo banco seja aplicada no Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Jefferson Péres disse ter sido informado de que a equipe econômica está se mobilizando para bloquear o projeto e considerou que "já é hora de desencavá-lo e trazê-lo à discussão".

Jefferson Péres citou matéria publicada no *Jornal do Brasil* do dia 1º, sob o título "Crédito, só para ricos", sobre como funciona o banco em relação a pequenos e médios empresários. O senador também se reportou a notícia segundo a qual o BNDES adiantou R\$ 3,5 bilhões para financiar empresas interessadas na compra de estatais e financiará 50% do capital necessário à instalação de outra montadora no Rio Grande do Sul. Nesse caso, o governo estadual entrará com outros 25%, de modo que a multinacional só investirá 25% no negócio.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) destacou

Jefferson: BNDES dá "crédito só para ricos", como disse o *Jornal do Brasil*



que os empresários rurais, além de não contarem com o BNDES, também não têm acesso às linhas de financiamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criado pela Constituição

de 1988. Com cerca de R\$ 300 milhões disponíveis no atual exercício, o fundo fornece crédito a juros superiores (16%) aos cobrados para crédito agrícola, à base de 9,5%, disse.



Bezerra: é a segunda iniciativa idêntica dos professores locais

Bezerra elogia caminhada por escola, emprego e salário em Mato Grosso

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) manifestou seu apoio à Segunda Caminhada por Escola, Emprego e Salário, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso, realizada em Cuiabá, sexta-feira passada.

Ele lembrou que a primeira caminhada contou com a presença de cer-

ca de cinco mil alunos, funcionários, professores, sindicalistas, dirigentes de partidos políticos, parlamentares e representantes do clero e que a segunda pretendia mobilizar um número maior de cidadãos e despertar para a importância que se deve dar à educação na construção de uma sociedade justa.

Campos reclama da Educação, mas salva o sistema paulista

O senador Júlio Campos (PFL-MT) lamentou a existência dos elevados índices de reprovação "que persiste no sistema de educação básica" do país e elogiou a decisão do Conselho de Educação de São Paulo, autorizando a rede pública paulista a organizar seu ensino fundamental em ciclos, nos quais não há reprovação.

Ele também destacou a iniciativa da Secretaria de Educação do Distrito Federal de encaminhar ao Conselho de Educação local a proposta de criação da Escola Candanga, onde também será abolida a repetência.

Depois de afirmar que essas medidas precisam ser conhecidas e difundidas, o senador disse ser necessário aguardar as experiências para que elas possam se multiplicar por todo o Brasil. A seu ver, reprovar alunos das primeiras séries de escolaridade significa expulsá-los da escola.

Para Júlio Campos, mais importante do que garantir a matrícula das crianças no ensino fundamental é zelar para que elas encontrem um educação de qualidade, contando com professores bem preparados.

O senador entende que sem educação de qualidade, rigorosamente aberta a todos, os brasileiros não poderão construir uma nação soberana, economicamente desenvolvida e socialmente mais justa. Para ele, o maior desafio que o sistema educacional brasileiro tem pela frente é conferir qualidade ao seu trabalho, substituindo a pedagogia do fracasso, "que tantos males já causou ao país".

Segundo Júlio Campos, é necessário que, em vez de se fixarem em padrões puramente quantitativos, incapazes de captar as múltiplas nuances que caracterizam o processo

educativo, nossas escolas encontrem meios mais inteligentes para avaliação de seus alunos.

Nesse sentido, ressaltou, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), sancionada em dezembro de 96, traz, entre seus aspectos mais positivos, os artigos referentes à educação básica, que dão liberdade à escola de se organizar em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios.



Campos: reprovar nos anos de alfabetização é expulsar da escola

Dois projetos de resolução e uma proposta de emenda constitucional foram apresentados pelo senador, que propõe até a fiscalização do Senado sobre estatais dos estados e municípios

João Rocha defende mais controle de gastos

O senador João Rocha (PFL-TO) comunicou sexta-feira, em plenário, a apresentação de dois projetos de resolução de sua autoria que estabelecem novos limites e condicionantes para o custo do endividamento da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e uma proposta de emenda constitucional que tem como objetivo incluir as empresas estatais estaduais e municipais entre as entidades sujeitas ao controle de endividamento pelo Senado.

De acordo com o senador, os recentes escândalos dos precatórios, a dívida "monumental" ostentada pelos estados, a crise fiscal e as distorções gerenciais, administrativas e políticas demonstram "claramente" a necessidade de redefinição do papel do Congresso Nacional como órgão regulador. Na sua opinião, os problemas citados são relevantes e

João Rocha:
Congresso mais
democrático e
democratizante



preocupantes para o equilíbrio das finanças governamentais, do Plano Real, da economia e da modernização do Estado.

- O Congresso Nacional precisa ser mais moderno e modernizador, mais democrático e democratizante, procurando cumprir sempre com as atribuições que lhe forem estabelecidas, como forma de compatibilizar o mundo político e o mundo do Estado,

através do reconhecimento de novas lógicas de ação, que requerem mecanismos políticos eficazes no ajuste dos desvios, e a definição de instrumentos institucionais adequados seja para a gestão macroeconômica ou à administração racional dos ciclos político-econômicos - afirmou.

João Rocha lembrou que a democratização do Estado supõe participação mais efe-

tiva de outras entidades superiores nas decisões públicas e que, apesar da crise institucional constatada nos últimos 30 anos, o Senado tem conseguido ampliar o seu controle na autorização de operações de crédito externo para os estados, Distrito Federal e os municípios, bem como operações internas e externas.

Os dois projetos de resolução apresentados pelo senador diminuem os limites de custos de endividamento da União, dos estados, Distrito Federal e municípios. Eles estabelecem que a taxa de juros efetiva e anual das operações de crédito não poderá ultrapassar o limite de até um ponto percentual acima do rendimento da caderneta de poupança, para as internas, e da taxa nominal de juros cobrada nos empréstimos de longo prazo dos organismos multilaterais de crédito, para as externas.

Hollanda quer municípios com maior autonomia sobre seus problemas

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu a importância de o governo federal dar a autonomia necessária aos municípios para que possam resolver adequadamente os problemas específicos de suas comunidades. Ao poder central caberia fixar diretrizes políticas amplas, "sem estar sobrecarregado com questões locais".

- Uma estrutura de decisão política muito centralizada tenderia a negligenciar as diferenças regionais, oferecendo respostas padronizadas para todas as questões - argumentou o senador. Ele ponderou que dificuldades aparentemente idênticas po-

dem requerer uma resposta diferente para cada região.

Joel de Hollanda enfatizou que há na administração pública uma tendência progressiva para a descentralização do poder, que se manifesta pela atribuição de responsabilidades executivas cada vez maiores a estados e municípios. Na sua opinião, em consequência desse quadro, a função dos prefeitos como titulares do Executivo municipal, e o trabalho dos vereadores na elaboração das leis municipais vêm ganhando maior destaque.

O senador lembrou o Dia Nacional do Vereador, comemorado na última quarta-feira. Esses legisladores, a seu

ver, representam "o vínculo fundamental para o exercício da cidadania". Ele destacou a importância do *Manual do Vereador*, escrito pelo vice-

presidente Marco Maciel, para a orientação daqueles que pretendam se candidatar ao cargo e dos que já o exercem.



Hollanda:
problemas
requerem
soluções locais



Tuma: vampiros imunes ao alho

Tuma pede explicações sobre sangue contaminado

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou requerimento solicitando a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais para ouvir depoimento de Dalton de Alencar Fischer Chamone, então coordenador de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde e presidente da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo.

Tuma quer obter esclarecimentos sobre a contaminação de sangue e outras irregularidades que estariam ocorrendo nos órgãos oficiais responsáveis pela coleta, processamento e distribuição de hemoderivados, conforme denunciado pela imprensa. As notícias a respeito, segundo o senador, indicam a existência de um esquema de compras viciadas, que movimentariam mais de R\$ 240 milhões anuais.

- Esses vampiros da era da globalização estão imunes ao alho e à estaca de madeira. Para esses elementos só existe um remédio: a cadeia - afirma Tuma. Ele argumenta que a sociedade não pode tolerar que a ganância de alguns coloque em risco a saúde da população.

Para o senador, é imperioso flexibilizar a legislação sobre isenção de ICMS, porque ela beneficia alguns setores da agricultura, enquanto outros sobrevivem em meio a sérias dificuldades

Maldaner propõe mudar Lei Kandir

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu sexta-feira a flexibilização da Lei Kandir, que, a seu ver, beneficia apenas alguns segmentos da agricultura, como os produtores de café, soja e laranja, enquanto os demais setores produtivos do país estão sobrevivendo com sérias dificuldades.

Maldaner disse que "alguns secretários estaduais de Fazenda já fecharam questão a favor de mudanças na Lei Kandir" e que nas alterações propostas constam o ressarcimento integral das perdas reclamadas, o fim do seguro-receita e a suspensão da vigência, prevista para janeiro, da isenção do ICMS nos bens de uso e consumo das empresas.

- Hoje surgiu notícia que está



Maldaner: governo reconhece os direitos estaduais

tendo efeitos bombásticos junto a entidades ligadas à agricultura: o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) decidiu decretar o fim do convênio que permitia a isenção do ICMS na comercialização de insumos dentro do estado e reduzir em 50% o imposto em operações interestaduais - friso.

O impasse, na opinião de Casildo Maldaner, "traz pers-

pectivas de aumentos nos preços dos produtos para o consumidor, gerando também uma expectativa de déficit na balança comercial, ocasionada pelo menor volume de exportação". Conforme o senador, "parece pacífico o reconhecimento, pelo governo federal, das reivindicações e direitos dos estados".

- Porém, ao se analisarem possíveis alterações na Lei Kandir, entendemos que os seus benefícios devem ter aplicabilidade linear, ou seja, extensiva a todos os produtores rurais, independentemente da cultura produzida. Me arriscaria ainda, a propor que o governo federal adote mecanismos para, em tempos de bonança, cobrar e deixar que os estados cobrem, regimente, os impostos devidos. Porém, em tempos de vacas magras, acionaria os dispositivos de subsídios e isenções com o objetivo de equilibrar não só as finanças dos estados, mas também da União - acrescentou.

Waldeck não vê mais sentido nos programas PIN e Proterra

Projeto de lei apresentado pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) extingue o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra).

Na justificativa, Waldeck explica que ambos foram criados para financiar a infraestrutura e promover o acesso do homem à terra nas áreas de atuação da Sudam e da Sudepe. Os recursos provêm de incentivos fiscais às regiões Norte e Nordeste, carreado 40% do total deduzido do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.

- Considero que o investimento público nessas regiões deve provir de recursos da União ou das empresas estatais. A Constituição reconhece a redução de desigualdades regionais como objetivo funda-

mental e abriga dispositivos eficazes para isso. A subtração de parte dos recursos provenientes de empresas privadas direcionados pelo estímulo fiscal às regiões mais carentes para aplicação nessas localidades é certo, mas mediano gerenciamento público parece-me descabida - argumentou.

Na opinião do senador, os

recursos provenientes dos incentivos regionais devem recuperar sua função original: estimular a migração de investimento privado de forma a minorar as desigualdades regionais. "Assinalo que não se trata de criar novos incentivos ou fundos, mas de reconstituir, na sua integridade, o Finor e o Finam, já existentes", afirmou.



Waldeck: programas oficiais não atendem os objetivos



Valmir: Igreja orientadora

Valmir exalta trabalho do papa em favor do "amor universal"

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) saudou sexta-feira o papa João Paulo II, afirmando que a presença do chefe da Igreja Católica no Rio de Janeiro "representa um reencontro da nação brasileira com as suas mais caras e ricas raízes culturais e religiosas". O senador exaltou "o trabalho incansável de João Paulo II em favor da paz, da vida, da compreensão e do amor universal".

- A presença do Pontífice da Igreja da maioria da população brasileira, pela terceira vez em nosso país, é também uma oportunidade única de repensarmos os caminhos que estamos trilhando nesse mundo que se anuncia globalizado e interconectado - assinalou.

Após salientar que o Brasil é um país de tradição eminentemente católica, e que nossa história é marcada pela atuação incansável dos pregadores da Igreja Apostólica Romana, Valmir Campelo afirmou que ela foi, "desde o início e até bem pouco tempo, a grande orientadora do nosso processo de socialização".

Valmir Campelo lembrou que as primeiras escolas surgidas no Brasil-Colônia foram fundadas e mantidas pelas diversas ordens católicas que aqui aportaram, logo após o descobrimento. Conforme o senador, "ainda hoje, a ação social da Igreja em defesa dos menos afortunados apresenta uma contribuição inestimável no processo de desenvolvimento do país".

Boaventura: pela capacitação

Menor de rua exige solução urgente, diz Boaventura

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) cobrou do governo federal a implantação de um programa emergencial de amparo aos menores de rua, coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social.

O senador lembrou que, dentro do processo de descentralização previsto na Constituição, cabe às esferas estadual e municipal a coordenação e execução de programas que busquem soluções para a questão do menor.

Entretanto, segundo Boaventura, é importante verificar se os responsáveis por essa tarefa têm a capacitação administrativa e os recursos necessários para realizá-la e se essa descentralização não se está processando com mera descarga de responsabilidade.

Ele salientou também que o artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que a política de atendimento dos direitos da infância e da juventude deve ser feita por um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais.

- Mas os meninos e meninas de rua não podem ficar à espera de que novos responsáveis se estruturam sob o ponto de vista de recursos humanos e financeiros para cumprir com suas atribuições - assinalou.

"O governo faz menos que o mínimo para evitar a queima das reservas ambientais brasileiras", conforme trecho de editorial da Folha de S. Paulo, lido em plenário. O senador afirma que esse estado de coisas foi evitado durante o governo Sarney

Cabral: floresta queima e governo se omite

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apontou sexta-feira a omissão do governo frente às queimadas que vêm ocorrendo na Amazônia e que, conforme informou, estão trazendo grande preocupação para as autoridades aeronáuticas e para a população local. "Não dá para entender que o governo federal possa ficar indiferente e apático a respeito do assunto", disse.

Ele destacou trecho do editorial da *Folha de S. Paulo*, sob o título "Amazônia em Chamas", o qual afirma que "o governo faz menos que o mínimo para evitar a queima das reservas ambientais brasileiras". Na opinião do senador, o editorial traduz "o descaso que

o governo federal está tendo para com a região".

Cabral comentou também notícia publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, informando que uma área equivalente a 840 campos de futebol está em chamas, há uma semana, nas proximidades de Manaus. Segundo a mesma notícia, a Aeronáutica teme que a continuidade da fumaça venha a provocar o fechamento de aeroportos no interior do Amazonas, impedindo o abastecimento dos pequenos municípios.

Ele lembrou que durante o governo Sarney nenhum aeroporto da região foi fechado em consequência de queimadas. A razão foi o trabalho

Cabral destaca a necessidade de um trabalho preventivo na região amazônica



Alcântara: representatividade

Alcântara quer mudar conselho de contador

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) será constituído de tantos membros quantos forem os conselhos regionais de contabilidade, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), sob o argumento de que, para desempenhar bem suas atribuições federativas, aquele órgão deve ter, em sua composição, representantes de todos os colegiados regionais.

Lúcio Alcântara observa, na justificativa do projeto, que o Brasil tem 27 unidades federativas, e há igual número de conselhos regionais de contabilidade, enquanto a composição do Conselho Federal não ultrapassa 15 membros. Para ele, "como não é razoável discriminar entre os iguais (estados), a cada um deve ser assegurado o direito à representação".

Projeto de Benedita incentiva quem empregar deficiente

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) apresentou projeto que permite ao empregador que contratar portadores de deficiência receber incentivo fiscal a ser atribuído na forma de redução de até 70% no lucro tributável, para fins de cálculo do Imposto de Renda, do montante dos salários recebidos por esses empregados no período base.

Entende a senadora que a integração da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho evita sua dependência e marginalização, cujos custos recaem so-

bre o governo e a sociedade.

- Trazendo a incorporação de sua renda para a economia, para o mundo da produção e do consumo, tornaremos possível aumentar o número de contribuintes, desonerando os encargos previdenciários e assistenciais do governo - disse.

Benedita da Silva informou que a medida visa promover uma política de recursos humanos que promova a "necessária igualdade". Ela entende que "os 15 milhões de brasileiros portadores de deficiência querem respeito e justiça".



Benedita quer respeito e justiça para os deficientes

preventivo do Ibama, então presidido pelo jornalista Fernando César Mesquita.

Em aparte, Lúcio Coelho (PSDB-MS) disse que, embora estejam ocorrendo queimadas em alguns estados do país,

"a população está controlando enormemente" esse tipo de incêndio, como resultado do trabalho de conscientização do meio rural sobre a importância do meio ambiente.

TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sobre as irregularidades no Banco do Estado do Amapá (reapresentação).
- 7h30 - "Jornal da Amazônia"
- 8h - Debate entre o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) e a secretária de Saúde do DF, Maria José Maninha, sobre a Aids (reapresentação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (reapresentação)
- 10h - Comissão Mista de Orçamento - audiência pública da comissão em Belém/PA (pré-gravada)
- 13h30 - "Fala Cidadão" - que responde as perguntas dos usuários do serviço 0800 (reapresentação)
- 14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
- Em seguida - 2ª Teleconferência do ILB com debates sobre a distribuição orçamentária da União para a área da saúde (reapresentação).
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h35 - "Senado em Pauta"
- 20h40 - Sessão plenária (reapresentação)
- 00h30 - "Jornal da Amazônia"
- 01h - Debate entre o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) e a secretária de Saúde do DF (reapresentação)
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Sinfonia das Cores é tema de exposição no Senado

Violões, saxofones, flautas e violinos. Esses e outros instrumentos são o tema da mostra de pintura *Sinfonia das Cores*, que a artista plástica Luciana Honda expõe no hall do Auditório Petrólio Portella, do Senado Federal, até o dia 10 deste mês. A pintora mistura cores vivas às formas inusitadas dos instrumentos musicais, que são observados de diversos ângulos.

A exposição é organizada pela Primeira Secretária da Casa, que, a cada dez dias, abre oportunidade para novos pintores mostrarem seus trabalhos naquele local. A mostra está aberta no horário de 9 às 17 horas.

Na quinta, Corisco e Dadá estão em tela

O filme *Corisco e Dadá*, de Rosemberg Cariri, será apresentado nesta quinta, dia 9, às 12 horas, no Auditório Petrólio Portella, dentro da programação do projeto Cultura ao Meio-Dia. A alteração, esta semana, no calendário do projeto, realizado sempre às quartas-feiras, deve-se à realização de seminário internacional promovido pelo Conselho Federal de Medicina, nos dias 7 e 8 de outubro.

Corisco e Dadá recebeu o prêmio de melhor atriz (Dira Paes) no Festival de Cinema de Brasília de 1996. No elenco estão também Chico Diaz, Regina Dourado, Denise Milfon e B. de Paiva.

No longa-metragem, Dadá, com apenas 12 anos, acaba fazendo parte do grupo de cangaceiros comandado por Lampião. Mais tarde, depois de fugir com Zé Rufino, chefe da polícia, os dois percorrem o sertão da Bahia.

Senador critica a postura e a prática do presidente da República, que "coisifica" suas ações e não dispensa as mentiras de "acólitos políglotas"

Para Lauro Campos, FHC "não existe"

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse sexta-feira ter chegado à conclusão, após a leitura de recente entrevista do presidente da República à revista *Veja*, de que "Fernando Henrique Cardoso não existe". Ali, assinalou o senador, o próprio chefe do governo diz que os movimentos sociais brasileiros do final da década de 70, que produziram lideranças como Lula e dos quais chegou a tomar parte inclusive na área sindical, tiveram existência "virtual".

Na avaliação do senador petista, como "é próprio do capitalismo", as pessoas viram coisas e a força de trabalho viram mercadoria. Ele situou dentro desse quadro a postura e a prática do presidente Fernando Henrique Cardoso, que "coisifi-



Lauro Campos não poupa também Franco e Kandir

ca" suas ações e não dispensaria as mentiras dos "acólitos políglotas que vivem em seu palácio".

Lauro Campos citou particularmente o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, e

o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, lembrando artigo que publicou na imprensa apontando os prejuízos que os estados e municípios teriam com aquela que viria a ser conhecida como "Lei Kandir".

José Eduardo Dutra destaca filiações ao PT em Sergipe

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), saudou sexta-feira a filiação ao PT de "dois quadros importantes das oposições de Sergipe": o padre Geraldo e o ex-deputado Leopoldo Souza.

Conforme destacou, o padre Geraldo, ex-prefeito de Jabaratuba, é belga (seu nome de nascimento é Gérard), chegou ao Brasil há cerca de 30 anos e sempre esteve ao lado dos setores da Igreja "que entendem que não basta pregar a libertação e a salvação do homem depois que ele morre, que não basta o reino dos céus, e que, enquanto estiver vivo, o homem deve ter condições de vida dignas, com cidadania, educação, saúde



Dutra saudou padre Geraldo e Leopoldo Souza

etc."

José Eduardo Dutra afirmou também que o padre teve uma atuação decisiva num processo de assentamento de sem-terra no estado, que resultou em um projeto vitorioso.

Já o ex-deputado federal Leopoldo Souza, de acordo

com o senador, ocupou os cargos de vereador e deputado estadual e foi uma das vozes que se levantaram na Assembleia Legislativa de Sergipe contra ato repressivo que jogou na clandestinidade diversos militantes do então Partido Comunista Brasileiro.

Ronaldo participa de painel em Minas

O primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, estará hoje, em Belo Horizonte, no primeiro dia do II Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo - Enial 97. Ronaldo participa, às 14h, do painel *A Informática no Desempenho do Mandato Parlamentar*. O encontro encerra-se na quarta-feira.

O painel contará também com a participação do presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, João Luís Vargas, do 3º vice-presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Geraldo Rezende, do representante da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Antônio Índio da Costa, e do presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais - Unale, Geraldo Magela Pereira.

Paralelamente ao Enial 97, ocorrerá a abertura hoje da I Feira de Produtos e Serviços de Informática, com a palestra do jornalista Caio Túlio Costa, *A Internet e a Participação do Cidadão - Mitos e Realidades*, no plenário da Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais.

Durante o encontro, especialistas brasileiros e estrangeiros farão palestras e haverá apresentação de "cases" que proporcionarão uma valiosa troca de experiências, além das novidades do setor.